



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**

**CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO**

**Consultoria Jurídica da União Especializada Virtual de Serviços  
Sem Dedicção Exclusiva de Mão de Obra**

## **EDITAL - PADRÃO CREDENCIAMENTO**

**FUSMA/SSM**

**CONVOCAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO DE SAÚDE EXTRA-MARINHA  
(OSE) E DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE AUTÔNOMOS (PSA) PARA  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES,  
ODONTOLÓGICOS E DE REABILITAÇÃO.**

**MANAUS/AM – 2025**

## **ÍNDICE**

### **PREÂMBULO**

- 1. DA CONVOCAÇÃO**
- 2. DO OBJETO**
- 3. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO**
- 4. DA HABILITAÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**
- 5. DOS RECURSOS FINANCEIROS**
- 6. DO CONTRATO E SUAS ALTERAÇÕES**
- 7. DO REGIME DE EXECUÇÃO**
- 8. DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**
- 9. DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS**
- 10. DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE**
- 11. DAS OBRIGAÇÕES DOS CREDENCIADOS**
- 12. DAS SANÇÕES**
- 13. DA RESCISÃO**
- 14. DOS RECURSOS**
- 15. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E PEDIDOS DE INFORMAÇÕES**
- 16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**
- 17. DO FORO**



MARINHA DO BRASIL  
COMANDO DO 9º DISTRITO NAVAL  
POLICLÍNICA NAVAL DE MANAUS

**EDITAL**

CONVOCAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO DE SAÚDE EXTRA-MARINHA (OSE) E DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE AUTÔNOMOS (PSA) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES, ODONTOLÓGICOS E DE REABILITAÇÃO.

**1. DA CONVOCAÇÃO.**

1.1. A União, apresentada pela Policlínica Naval de Manaus da Marinha do Brasil, com sede na Rua Rio Itaquai, s/nº, Vila Buriti - Manaus - AM, CEP 69072-080, torna público para conhecimento dos interessados que, na data, horário e local indicados, fará realizar a seleção e o credenciamento de Organizações de Saúde Extra-Marinha (OSE) e de Profissionais de Saúde Autônomos (PSA) para prestação de serviços de assistência Médico-Hospitalar, Pré-Hospitalar, Odontológica e de Reabilitação, conforme as condições estabelecidas neste Edital e nos seus Anexos.

1.2. O procedimento de credenciamento observará integralmente as disposições da seguinte legislação infraconstitucional:

- 1.2.1. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;
- 1.2.2. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- 1.2.3. Decreto nº 92.512, de 2 de abril de 1986;
- 1.2.4. Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986;
- 1.2.5. Portaria Ministerial nº 796, de 28 de dezembro de 2011 (IG 10-48);
- 1.2.6. Portaria Ministerial nº 305, de 24 de maio de 1995 (IG 12-02);
- 1.2.7. Portaria nº 761, de 2 de dezembro de 2003;
- 1.2.8. Portaria nº 371, de 30 de maio de 2005 (IG 12-04);
- 1.2.9. Portaria nº 653, de 30 de agosto de 2005 (IG 30-32);
- 1.2.10. Portaria nº 878, de 28 de novembro de 2006 (IG 30-16);

- 1.2.11. Portaria nº 281-DGP, de 12 de dezembro de 2007 (IG 30-56);
- 1.2.12. Portaria nº 48, de 28 de fevereiro de 2008 (IR 30-38);
- 1.2.13. Portaria nº 117, de 19 de maio de 2008 (IG 30-57);
- 1.2.14. Portaria nº 422, de 19 de junho de 2008 (IG 30-18);
- 1.2.15. Portaria nº 727, de 08 de outubro de 2007;
- 1.2.16. Portaria nº 2.048, de 5 de novembro de 2002, do Ministério da Saúde;
- 1.2.17. Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 05, de 26 de maio de 2017, e suas alterações;
- 1.2.18. Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021 e suas alterações;
- 1.2.19. Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 03, de 26 de abril de 2018
- 1.2.20. Decreto nº 11.878, de 9 de janeiro de 2024.

1.3. Integram este Edital, independentemente de transcrição, os Anexos abaixo:

Anexo "A"	Minuta de Termo de Contrato de Hospitais e de Maternidades
Anexo "B"	Minuta de Termo de Contrato de Clínicas Médicas Especializadas
Anexo "C"	Minuta de Contrato de Clínicas Odontológicas
Anexo "D"	Minuta de Contrato de Clínicas de Reabilitação
Anexo "E"	Minuta de Contrato de Laboratórios de Análises Clínicas e Citopatologia
Anexo "F"	Minuta de Contrato para Profissionais de Saúde Autônomos (PSA)
Anexo "G"	Minuta de Contrato para Profissionais de Saúde Autônomos Cirurgião-Dentista
Anexo "H"	Minuta de Contrato para Atendimento Pré-Hospitalar e Inter-Hospitalar
Anexo "I"	Minuta de Contrato para Atenção Domiciliar à Saúde
Anexo "J"	Minuta de Contrato para Cooperativas Médicas
Anexo "K"	Modelo de Requerimento para Credenciamento de Profissionais de Saúde Autônomos (PSA)
Anexo "L"	Modelo de Carta-Proposta para Organizações de Saúde Extra-Marinha (OSE)

Anexo "M"	Declaração de cumprimento do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal
Anexo "N"	Lista Referencial de Procedimentos Hospitalares, Assistência Médica Domiciliar e Pacotes da PNMa
Anexo "O"	Termo de Conciliação Judicial – MPT e União
Anexo "P"	Áreas da Prestação de Serviços de Assistência Médico-hospitalar, Odontológica e de Reabilitação
Anexo "Q"	Requerimento de Descredenciamento
Anexo "R"	Autorização de Uso de OPME (Eletivo)
Anexo "S"	Autorização de Uso de OPME (Urgência)
Anexo "T"	Procedimentos Sujeitos a Parecer de Comissão de Ética Médica e de Serviço de Auditoria Médica de OMS e Procedimentos médico-hospitalares e odontológicos não cobertos (ZM2) nem financiados (ZM1)

1.4. O presente Edital e seus anexos poderão ser examinados no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, disponível no endereço: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.

1.5. A documentação mencionada no item acima também poderá ser consultada no endereço eletrônico [pnma.marinha.mar.mil](mailto:pnma.marinha.mar.mil) ou ser recebida por mensagem eletrônica, sendo que para a solicitação de outras informações deverá ser utilizado o contato pelo telefone: (92) 2123-4662 e (92) 98818-3266 e o e-mail: [pnma.secom@marinha.mil.br](mailto:pnma.secom@marinha.mil.br).

## 2. **DO OBJETO.**

2.1. O objeto deste Edital é o credenciamento, nos Estados do Amazonas e Rondônia (parte da jurisdição do Comando do 9º Distrito Naval) de Organizações Saúde Extra-Marinha (OSE) e de Profissionais de Saúde Autônomos (PSA) interessados na prestação de serviços complementares de assistência médico-hospitalar, ambulatorial, atendimento de emergência/urgência em regime de 24 (vinte e quatro) horas diárias, pré-hospitalar, de apoio ao Diagnóstico e tratamento, de fonoaudiologia, de psicologia, neuropsicologia, psicopedagogia, de nutrição, de fisioterapia, de Atenção domiciliar, de terapia Ocupacional, de psiquiatria, de odontologia e na realização de exames laboratoriais, de Imagens, de Endoscopia Diagnóstica e intervencionista, Eletrofisiológicos Mecânicos e Funcionais, de Anatomopatologia e de citopatologia, e procedimentos Diagnósticos da Angiorradiologia e Métodos Intervencionistas e de reabilitação aos beneficiários do Fundo de Saúde da Marinha (FUSMA), e seus dependentes, conforme condições vigentes nos arts. 74 e 79 da Lei nº 14.133, de 2021, no Decreto nº 11.878, de 2024 e na Decisão n.º 656/1995 – Plenário TCU.

2.2. A prestação de serviços de assistência médico-hospitalar, odontológica e de reabilitação abará os Estados Amazonas e Rondônia (parte da área de jurisdição do Comando do 9º Distrito Naval), dentre as áreas descritas no Anexo “P” deste Edital.

2.3. Nenhum dos CREDENCIADOS, pessoas físicas ou jurídicas contratadas, atuarão ou prestarão serviços no interior das instalações da CREDENCIANTE, sob pena de grave ilegalidade (violação da regra do concurso público - art. 37, II da Constituição Federal/88).

2.4. É permitido ao CREDENCIADO subcontratar os seguintes serviços: unidades de terapia intensiva, serviços laboratoriais, serviços de apoio ao diagnóstico, serviço de atendimento de enfermagem, locação de material hospitalar e serviços de remoção terrestre ou aérea, sendo admitida em caráter excepcional mediante justificativa prévia.

2.4.1. O CREDENCIADO deverá indicar os eventuais subcontratados.

2.4.2. O subcontratado deverá comprovar os requisitos de habilitação, pertinentes a sua empresa, exigidos neste edital.

2.4.3. A subcontratação não liberará o CREDENCIADO de suas responsabilidades contratuais e legais quanto ao objeto transferido de forma parcial.

2.4.4. A subcontratação deve ser tratada como exceção. Só é admitida a subcontratação parcial e, ainda assim, desde que demonstrada à inviabilidade técnico- econômica da execução integral do objeto por parte da contratada, e que haja autorização formal do contratante.

2.5. Não há previsto neste edital critérios objetivos de distribuição de demanda devido ao objeto permitir a contratação imediata e simultânea de todos os CREDENCIADOS, de acordo com o art. 79, parágrafo único, II, da Lei 14.133, de 2021, contudo, segue-se a seguinte ordem de contratação:

2.5.1. Primeiramente, serão convocados para a contratação os CREDENCIADOS que realizam o atendimento emergencial e de urgência, seguido daqueles que prestam os serviços mais procurados pelos beneficiários do FUSMA nos Estados do Amazonas e Rondônia.

2.6. A administração permitirá o cadastramento permanente de novos interessados, enquanto o edital de chamamento permanecer vigente.

2.7. Cabe ao beneficiário do FUSMA a escolha do prestador de serviços de saúde.

### **3. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO**

3.1. O prazo para credenciamento iniciar-se-á a partir da data de publicação deste instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

3.1.1. O presente Edital vigorará por prazo indeterminado, a partir da sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

3.1.2 Poderá haver o credenciamento de interessados enquanto aberto o prazo de credenciamento, desde que atendidos os demais requisitos deste Edital.

3.2. Poderão habilitar-se, para credenciamento, Profissional de Saúde Autônomo (PSA) e

Organização de Saúde Extra-Marinha (OSE) de acordo com as necessidades listadas neste Edital e que apresentarem Carta-Proposta e/ou Requerimento, que estejam de acordo com os valores especificados neste instrumento e sejam previamente cadastrados no SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, previsto na Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018.

3.3. Não poderão participar deste credenciamento:

3.3.1. Pessoas jurídicas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste credenciamento.

3.3.1.1. Excepciona-se o disposto acima nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos que apresentem autorização específica dos sócios para contratar com a Administração objeto diverso do previsto no contrato social ou estatuto;

3.3.1.2. A autorização assemblear deverá observar as regras de convocação e de quórum para instauração e deliberação previstas em lei para cada tipo de sociedade.

3.3.1.3. Para fins de comprovação, o licitante deverá apresentar a ata da assembleia ou o documento equivalente.

3.3.2. Pessoas jurídicas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no país;

3.3.3. Pessoas jurídicas ou físicas impedidas de licitar e contratar com a União (art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002 cumulado com o art. 28 do Decreto nº 5.450, de 2005 e art. 156, III da Lei nº 14.133, de 2021), suspensas temporariamente de participar de licitação ou impedidas de contratar com a Marinha do Brasil (art. 87, III, da Lei nº 8.666, de 1993) ou impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública Federal (art. 156, III e §4º da Lei nº 14.133, de 2021);

3.3.4. Pessoas jurídicas ou físicas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, se aplicada com base na Lei nº 8.666, de 1993, ou até que tenha expirado o prazo de sua aplicação, se aplicada com base na Lei nº 14.133, de 2021;

3.3.5. Pessoas jurídicas ou físicas proibidas de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 72, § 8º, V, da Lei nº 9.605, de 1998;

3.3.6. Pessoas jurídicas em processo falimentar;

3.3.7. Pessoas jurídicas em dissolução ou em liquidação;

3.3.8. Pessoas físicas em processo de insolvência civil;

3.3.9. Pessoas jurídicas de que sejam proprietários, controladores ou diretores Deputados ou Senadores (art. 54, II, da Constituição Federal);

3.3.10. Pessoas jurídicas ou físicas proibidas de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa);

3.3.11. Quaisquer interessados que se enquadrarem nas vedações previstas nos §§1º e 2º do

art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

3.3.12. Mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou da entidade credenciante ou com agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, e dos que exerçam funções de Ordenador de Despesas, bem como do Comandante do Comando do 9º Distrito Naval ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

3.3.13. Sociedades que tenham em seu quadro societários quaisquer das pessoas indicadas nos subitens anteriores.

3.3.13.1. Neste caso a restrição poderá ser afastada caso comprovada, no caso concreto, a ausência de ofensa aos princípios da isonomia, da impessoalidade e da moralidade.

3.4. A documentação deverá ser anexada ao sistema próprio do Compras.gov.br, após cadastramento no SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, previsto na Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018.

3.5. Para se habilitar à contratação, a **Organização de Saúde Extra-Marinha (OSE)** interessada deverá apresentar “**Carta Proposta**”, conforme modelo do Anexo L, acompanhada dos documentos necessários, atendendo às seguintes exigências:

3.5.1. Estar contida em papel timbrado da pessoa jurídica ou que a identifiquem, sem emendas e sem rasuras, de maneira completa, expressa e inteligível;

3.5.2. Declarar concordância com as condições estabelecidas neste Edital e nos seus Anexos;

3.5.3. Constar dias e horários de atendimento;

3.5.4. Conter a relação de serviços;

3.5.5. Conter a relação de equipamentos técnicos;

3.5.5.1. No caso específico do atendimento pré-hospitalar e inter-hospitalar móvel, apresentar a relação de ambulâncias correspondentes aos tipos credenciados.

3.5.6. Indicar o nome do Banco, o número da Agência e da Conta Corrente para creditar os pagamentos; e

3.5.7. Ser datada e assinada pelo representante legal, podendo ser por meio eletrônico.

3.6. Para habilitar-se ao credenciamento, o **Profissional de Saúde Autônomo** deverá apresentar “**Requerimento para Credenciamento**”, conforme modelo do Anexo K, acompanhado dos documentos necessários, com atendimento das seguintes exigências e observações:

3.6.1. Estar contida em papel timbrado que o identifique, sem emendas e sem rasuras, de maneira completa, expressa e inteligível;

3.6.2. Declarar concordância com as condições estabelecidas neste Edital e nos seus Anexos;



3.6.3. Constar dias e horários de atendimento;

3.6.4. Conter a relação de serviços;

3.6.5. Conter a relação de equipamentos técnicos;

3.6.6. Indicar o nome do Banco, o número da Agência e da Conta Corrente para creditar os pagamentos; e,

3.6.7. Ser datado e assinado por si ou por seu representante, podendo ser por meio eletrônico;

3.6.8. O odontólogo somente poderá ser credenciado para 2 (duas) especialidades, nos termos do art. 7º, “c”, da Lei nº 5.081, de 24 de agosto de 1966.

3.7. A **“Carta Proposta”** e o **“Requerimento para Credenciamento”** terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data da entrega, o qual admitirá prorrogação;

3.7.1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

3.8. A Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI – deverá receber tratamento de OSE, dado a sua natureza de pessoa jurídica.

#### **4. DA HABILITAÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

4.1. A Comissão ou Agente de Contratação consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e à habilitação técnica, conforme disposto nos arts. 6º e 10 a 16 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 2018, respeitada a documentação complementar prevista no item 4.6 desta Seção.

4.1.1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF;

4.1.2. Os interessados cadastrados no SICAF deverão apresentar a documentação listada neste Capítulo, quando ausente do cadastro.

4.1.3. O cadastro no SICAF como “Fornecedor” é 100% GRATUITO, NÃO sendo mais necessário o certificado digital para credenciar-se. Para se cadastrar, basta o responsável pelo cadastro da empresa ser cadastrado no Gov.Br com Selo de Confiabilidade Prata ou Ouro. Abaixo link do SICAF;

<<https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/index.jsf>>

4.2. Caso a Comissão não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o interessado será convocado a encaminhar documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação.

4.3. Os interessados que não estiverem com sua documentação atualizada no SICAF deverão apresentar a seguinte documentação:

4.4. Habilitação jurídica, comprovada mediante a apresentação da seguinte documentação:

**4.4.1. Organização de Saúde Extra-Marinha (OSE):**

4.4.1.1. Cédula de identidade ou outro documento equivalente do(s) representante(s) legal(is);

4.4.1.2. Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresário individual;

4.4.1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com sua última alteração, devidamente registrado e, no caso de sociedades empresárias, acompanhado de documento de eleição de seus administradores ou, se for o caso, procurações que outorguem poderes para terceiros;

4.4.1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

4.4.1.5. Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

4.4.1.6. Decreto de autorização, no caso de sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

4.4.1.7. Em caso de **cooperativas**, conforme o item 10.5, letra 'g', do Anexo VII-A, da IN SLTI/MPOG nº 05/2017:

4.4.1.7.1. Ata de fundação;

4.4.1.7.2. Estatuto Social com a Ata da Assembleia que o aprovou;

4.4.1.7.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a Ata da Assembleia que os aprovou;

4.4.1.7.4. Editais de convocação das três últimas Assembleias Gerais extraordinárias; e,

4.4.1.7.5. Três registros de presença dos cooperados que executarão do Contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

4.4.1.7.6. Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

4.4.1.7.7. O registro na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver, mediante apresentação dos estatutos sociais e suas alterações posteriores, nos termos do art. 107 da Lei nº

5.764, de 1971.

#### **4.4.2. Profissional de Saúde Autônomo (PSA):**

4.4.2.1. Carteira de Identidade; e,

4.4.2.2. Certidão de quitação eleitoral, nos termos do art. 7º, § 1º, III, c/c art. 146 do Código Eleitoral.

#### **4.5. Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

##### **4.5.1. Organização de Saúde Extra-Marinha (OSE):**

4.5.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

<[https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpireva/Cnpireva\\_Solicitacao.asp](https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpireva/Cnpireva_Solicitacao.asp)>

4.5.1.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados (Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, de 02 de outubro de 2014 e alteração);

<<https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PJ/Emitir>>

4.5.1.3. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio de apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;

<<https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>>

4.5.1.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos da Lei Federal nº 12.440, de 2011; e,

<<https://cndt-certidao.tst.jus.br/inicio.faces>>

4.5.1.5. Quando o contrato for executado por filial da empresa, o licitante deverá comprovar a regularidade fiscal da matriz e da filial.

4.5.1.6. Em caso de **cooperativas**, conforme o item 10.5, letra 'b', do Anexo VII-A, da IN SLTI/MPOG nº 05/2017:

4.5.1.6.1. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual (DRSCI) de cada um dos cooperados relacionados.

##### **4.5.2. Profissional de Saúde Autônomo (PSA):**

4.5.2.1. Prova de inscrição do licitante no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

<<https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/ConsultaSituacao/>>

[ConsultaPublica.asp](#)>

4.5.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados;

<<https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PF/Emitir>>

4.5.2.3. Prova de regularidade de inscrição e de recolhimento das contribuições do Contribuinte Individual para com a Previdência Social, efetuada mediante a apresentação da Declaração de Regularidade de Situação do Contribuinte Individual (DRS-CI), fornecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);

<<https://cnis3.inss.gov.br/DRSCI/faces/pages/drsci/emitirDRSCI.xhtml>>

4.5.2.4. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) por meio de apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;

<<https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>>

4.5.2.4.1. Caso o licitante pessoa física não seja empregador, deverá, em substituição ao CRF, declarar tal fato.

4.5.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos da Lei Federal nº 12.440/2011.

<<https://cndt-certidao.tst.jus.br/inicio.faces>>

4.5.3. As certidões de comprovação da regularidade fiscal dos licitantes deverão ser apresentadas dentro do prazo de validade estabelecido em lei ou pelo órgão expedidor, ou, na hipótese de ausência de prazo estabelecido, deverão estar datadas dos últimos 180 (cento e oitenta) dias contados da data da abertura da sessão pública.

#### **4.6. Regularidade Fiscal Estadual/distrital e Municipal:**

##### **4.6.1. Organização de Saúde Extra-Marinha (OSE):**

4.6.1.1. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal, mediante apresentação de certidão negativa de débitos tributários do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

4.6.1.2. O interessado considerado isento dos tributos estaduais ou municipais, será comprovada mediante declaração da Fazenda Estadual ou da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

#### **4.6.2. Profissional de Saúde Autônomo (PSA):**

4.6.2.1. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal, mediante apresentação de certidão negativa de débitos tributários do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

4.6.2.2. O interessado considerado isento dos tributos estaduais ou municipais, será comprovada mediante declaração da Fazenda Estadual ou da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

#### **4.7. Qualificação técnica:**

##### **4.7.1. Organização de Saúde Extra-Marinha (OSE):**

4.7.1.1. Prova de registro ou inscrição no Conselho de Classe respectivo;

4.7.1.1.1. Inscrição no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

4.7.1.2. Documentação do responsável técnico da OSE:

4.6.1.2.1 RG e CPF;

4.6.1.2.2 Certificado de especialidade;

4.6.1.2.3 Registro no Conselho de Classe.

4.7.1.3. Relação de membros do corpo clínico datada e assinada pelo responsável técnico contendo os seguintes dados:

4.7.1.4.1 Nome completo;

4.7.1.4.2 Especialidade clínica;

4.7.1.4.3 Número no registro de classe.

4.7.1.4. Alvará de localização e funcionamento válido;

4.7.1.5. Alvará de autorização sanitária válido;

4.7.1.6. O credenciamento da OSE poderá observar as seguintes situações quanto ao alvará de autorização sanitária:

4.7.1.6.1. Situação: Alvará de autorização sanitária vencido;

4.7.1.6.1.1. Documento a ser apresentado: alvará vencido, acompanhado de requerimento em tempo hábil (prazo estabelecido na legislação municipal específica, ou, em caso de omissão na legislação do Município, 120 dias antes do término de sua vigência) e comprovante da omissão por parte da autoridade de vigilância sanitária.

4.7.1.6.2. Situação: requerimento de renovação a destempo (para além dos 120 dias);

4.7.1.6.2.1. Documento a ser apresentado: alvará de autorização sanitária

válido ou requerimento a destempo, acompanhado de comprovante da omissão por parte da autoridade de vigilância sanitária.

4.7.1.6.3. Situação: requerimento superveniente a instituição da empresa;

4.7.1.6.3.1. Documento a ser apresentado: alvará válido ou requerimento inicial, acompanhado de comprovante da omissão por parte da autoridade de vigilância sanitária.

4.7.1.6.4. Situação: funcionamento decorrente de decreto judicial;

4.7.1.6.4.1. Documento a ser apresentado: decreto judicial válido.

4.7.1.7. Em caso de **cooperativas**, conforme o item 10.5, letras 'a' a 'f', do Anexo VII-A, da IN SLTI/MPOG nº 05/2017:

4.7.1.7.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto no inciso XI, do art. 4º, inciso I, do art. 21 e §§ 2º a 6º do art. 42 da Lei nº 5.764/1971;

4.7.1.7.2 Inscrição do CNES.

#### **4.7.2. Profissional de Saúde Autônomo (PSA):**

4.7.2.1. Prova de registro ou inscrição no Conselho de Classe respectivo;

4.7.2.2. Inscrição no CNES.

4.7.2.3. A comprovação da Especialidade será feita mediante a apresentação de título de especialidade registrado no respectivo Conselho Regional;

4.7.2.4. Alvará de localização e funcionamento válido expedido em seu nome no endereço onde se propõe a prestar o serviço, salvo se o estabelecimento já o tiver, quando este deverá ser apresentado;

4.7.2.5. Alvará de autorização sanitária válido, expedido em seu nome, no endereço onde se propõe a prestar o serviço, salvo se o estabelecimento já o tiver, quando este deverá ser apresentado;

4.7.2.6. O credenciamento do PSA poderá observar as seguintes situações quanto ao alvará de autorização sanitária:

4.7.2.6.1. Situação: Alvará de autorização sanitária vencido;

Documento a ser apresentado: alvará vencido, acompanhado de requerimento em tempo hábil (120 dias antes do término de sua vigência) e comprovante da omissão por parte da autoridade de vigilância sanitária.

4.7.2.6.2. Situação: requerimento de renovação a destempo (para além dos 120 dias);

4.7.2.6.2.1. Documento a ser apresentado: alvará de autorização sanitária válido.

4.7.2.6.3. Situação: requerimento superveniente à instituição da empresa;

4.7.2.6.3.1. Documento a ser apresentado: alvará válido ou requerimento inicial, acompanhado de comprovante da omissão por parte da autoridade de vigilância sanitária.

4.7.2.6.4. Situação: funcionamento decorrente de decreto judicial;

4.7.2.6.4.1. Documento a ser apresentado: decreto judicial válido.

4.8. Os Profissionais de Saúde Autônomos serão CREDENCIADOS nas respectivas especialidades comprovadas.

4.9. Declaração do licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal – **Anexo M**.

4.10. Verificação, como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, quanto ao eventual descumprimento das condições de participação, especialmente, quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

4.10.1. SICAF;

4.10.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

4.10.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.ius.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.ius.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

4.10.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da OCS/PSA e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

4.10.5. Constatada a existência de sanção, a Comissão reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

4.11. Os interessados que preencherem os requisitos acima, no que lhes for aplicável, serão considerados aptos para o credenciamento.

4.12. Após a habilitação, a OSE/PSA condicionará o credenciamento à possibilidade de realização de

inspeção (visita técnica) prévia das instalações, equipamentos, condições de atendimento, higiene e capacidade técnico operativa.

4.13. O CREDENCIANTE poderá, até a assinatura do contrato, inabilitar o CREDENCIADO, por despacho fundamentado, se tiver informação abalizada de qualquer fato ou circunstância, anterior ou posterior à fase de habilitação, que desabone a qualificação técnica, habilitação jurídica ou regularidade fiscal daquela entidade ou prestador de serviço.

## **5. DOS RECURSOS FINANCEIROS**

5.1. Os recursos previstos para os pagamentos dos atendimentos decorrentes deste Edital serão os seguintes:

5.1.1. Para OSE: Orçamento Geral da União, Recursos da Gestão 00002, Fonte de Recursos 1000000000/1005000144, Programa de Trabalho Resumido 216820, Natureza de Despesa 33903950 e Plano Interno B422010Z2C1/B422010002DU.

5.1.2. Para PSA: Orçamento Geral da União, Recursos da Gestão 00002, Fonte de Recursos 1000000000/1005000144, Programa de Trabalho Resumido 216820, Natureza de Despesa 33903630 e Plano Interno B422010Z2C1/B422010002DU.

## **6. DO CONTRATO E SUAS ALTERAÇÕES**

6.1. O credenciamento será formalizado por intermédio de instrumento contratual, presentes as cláusulas obrigatórias estabelecidas pelo art. 92 da Lei 14.133, de 2021.

**6.2. Será admitida a contratação de todos os CREDENCIADOS que atendam às regras e requisitos de habilitação deste edital.**

6.3. Os habilitados serão convocados no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados da data de apresentação das Cartas-Proposta ou dos Requerimentos para Credenciamento, para assinarem os respectivos contratos, em obediência às prescrições do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte, durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração Pública Federal.

6.4. Os contratos celebrados a partir do presente Edital terão sua **vigência limitada em 120 meses de sua assinatura**, não cabendo prorrogação, na forma do art. 107 da Lei nº 14.133, de 2021. Após tal prazo deverá ser providenciado novo instrumento contratual.

6.5. Os contratos poderão ser alterados, com a devida motivação, nos casos previstos no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.6. Incumbirá à CREDENCIANTE providenciar a publicação do ato que autoriza a Inexigibilidade de Licitação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, bem como do contrato e seus aditamentos no prazo de 10 (dez) dias contados da data de sua assinatura, conforme previsto no art. 72 parágrafo único e no art. 94, II da Lei nº 14.133, de 2021.



## **7. DO REGIME DE EXECUÇÃO**

7.1. O regime de execução dos contratos será por preço unitário, em conformidade com o disposto no art. 6º, XXVIII, Lei 14.133/21.

7.2. As condições de execução dos serviços constam dos contratos, observadas as regras gerais e sistemática abaixo registradas:

7.2.1. O encaminhamento dos usuários do FUSMA ao CREDENCIADO será feito por meio de Guia de Apresentação do Usuário (GAU) emitida pela Credenciante, e deverá estar assinada e carimbada por profissionais da Divisão de Regulação formalmente autorizados para tanto.

7.2.2. A PNMa deverá orientar o usuário para a necessidade de sua correta identificação através da apresentação da Carteira de Identidade emitida pelo Serviço de Identificação da Marinha (SIM) dentro da validade ou mediante a apresentação do documento do beneficiário – Cartão para Assistência Médico-Hospitalar (CHASM) ou Declaração de Dependente (DD) - acompanhado de outro documento de identidade com foto, quando da sua apresentação ao CREDENCIADO.

7.2.3. A prestação dos serviços médico-hospitalares, bem como os atendimentos em consultório, será realizada conforme disponibilidade para agendamento de consultas eletivas, previamente marcadas e com hora definida. O agendamento das consultas e demais atendimentos aos usuários será de responsabilidade exclusiva da Credenciante.

7.2.4. Eventuais dúvidas acerca da identificação e do correspondente direito ao atendimento poderão ser esclarecidas com o setor de Regulação da **CREDENCIANTE**.

7.2.5. A GAU deverá ter validade de 30 (trinta) dias a contar de sua emissão. Após este período as guias perderão a validade para efeito de cobrança e atendimento ao usuário, até que seja revalidada pelo Sistema de Regulação da CREDENCIANTE.

7.2.6. As Guias de Apresentação extraviadas pelo usuário deverão ser solicitadas ao setor de emissão de guias (Divisão de Regulação da PNMa), que emitirá nova Guia de Apresentação, dentro do prazo de validade da GAU extraviada e para a mesma finalidade, caso julgue necessário, e informará o cancelamento da guia extraviada ao setor de auditoria pertinente, após atualização nos seus próprios arquivos.

7.2.7. As Guias de Apresentação extraviadas pelo CREDENCIADO deverão ser objeto de verificação nos arquivos e junto ao usuário utilizador da mesma. Para fins de composição de faturas, caso cabível, o setor de emissão de guias deverá providenciar uma cópia autenticada para o CREDENCIADO, alertando o setor de auditoria pertinente sobre o fato.

7.2.8. Não será emitida Guia de Apresentação para vista de exames, não cabendo, por conseguinte, cobrança de remuneração.

7.2.9. Procedimentos não especificados na Guia de Apresentação, não serão cobertos pelo Credenciante.

7.2.10. O CREDENCIADO prestará os serviços para os quais foi contratado, por meio de profissionais próprios da CREDENCIADO, com vínculo empregatício e/ou autônomo que lhe preste serviço em caráter regular.

7.2.11. Para Acordos firmados com profissional liberal, os serviços deverão ser prestados apenas pelo CREDENCIADO.

7.2.12. Equipara-se ao profissional a que se refere à alínea anterior, o profissional de saúde

integrante de empresa, grupo e sociedade de profissionais que exerçam atividades na área de saúde, em caráter regular, nas instalações do CREDENCIADO.

7.2.13. A execução e o controle deste Termo de Credenciamento serão avaliados pela CREDENCIANTE, mediante supervisão direta ou indireta dos procedimentos realizados, através do comparecimento periódico e regular de pelo menos um dos profissionais da equipe de auditores da Credenciante às dependências do CREDENCIADO, a fim de examinar a documentação nosológica dos pacientes, assim como a qualidade das instalações e do serviço prestado.

7.2.14. O CREDENCIADO deverá solicitar, mediante Relatório Específico, legível, com justificativa, autorização prévia do Departamento Médico da Credenciante para:

7.2.14.1. realização de exames e procedimentos de alto custo - assistência ao paciente portador de doença renal crônica (por meio dos procedimentos de diálise); assistência ao paciente oncológico; cirurgia cardiovascular; cirurgia vascular; cirurgia cardiovascular pediátrica; procedimentos da cardiologia intervencionista; procedimentos endovasculares extracardíacos; laboratório de eletrofisiologia; assistência em traumatologia-ortopedia; procedimentos de neurocirurgia; assistência em otologia; cirurgia de implante coclear; cirurgia das vias aéreas superiores e da região cervical; cirurgia da calota craniana, da face e do sistema estomatognático; procedimentos em fissuras lábio palatais; reabilitação protética e funcional das doenças da calota craniana, da face e do sistema estomatognático; procedimentos para a avaliação e tratamento dos transtornos respiratórios do sono; assistência aos pacientes portadores de queimaduras;

7.2.14.2. assistência aos pacientes portadores de obesidade (cirurgia bariátrica); cirurgia reprodutiva; genética clínica; terapia nutricional; distrofia muscular progressiva; osteogênese imperfeita; fibrose cística e reprodução assistida.

7.2.14.3. utilização de medicamentos de alto custo.

7.2.14.4. utilização de OPME – Órteses (ex.: malha compressiva complementar ao tratamento de queimaduras, stents sem revestimento farmacológico), Próteses (ex.: válvula cardíaca, marcapasso, membros articulares mecânicos, lentes intra-oculares, próteses oculares) e Materiais Especiais de alto custo.

7.2.15. As OPME poderão ser fornecidas pela CREDENCIANTE e, no caso de impossibilidade, serão fornecidas pelo próprio CREDENCIADO, mediante autorização prévia da Credenciante, a qual avaliará a pertinência e o justo valor cobrado pelas mesmas, autorizando ou não sua compra, via apresentação do Anexo “R” assinado. As Notas Fiscais dos referidos materiais deverão acompanhar a fatura médico-hospitalar do paciente. Todas as OPME deverão estar registradas junto à ANVISA. Nos casos onde a compra ou fornecimento das OPME for realizada pelo prestador de serviços é imprescindível o encaminhamento de pelo menos 3 (três) orçamentos de diferentes fornecedores para análise pelo setor de auditoria da PNMa, exceto nos casos de pacotes previamente acordados.

7.2.16. Os medicamentos de alto custo, definidos conforme a lista do Programa de Medicamentos Especiais (PME) do SSM, serão, sempre que possível, fornecidos diretamente pela CREDENCIANTE ao CREDENCIADO, mediante prévia comunicação ao usuário e ao CREDENCIADO acerca da disponibilidade.

Na hipótese de indisponibilidade de fornecimento direto, o CREDENCIADO poderá proceder à aquisição dos medicamentos, desde que previamente autorizada pelo CREDENCIANTE.

Em situações de urgência devidamente comprovada, o CREDENCIADO poderá realizar a aquisição imediata, ficando esta sujeita à posterior análise e auditoria por parte do CREDENCIANTE.

- 7.2.17. Nos casos de hospitalização do usuário, entende-se que o CREDENCIADO deverá prestar os serviços em conformidade com a Tabela de Serviços Hospitalares constantes deste Edital. Os pacientes que desejarem médicos não pertencentes ao corpo clínico da CREDENCIADO e acompanhantes aos quais não tenham direito serão responsáveis integralmente pelo pagamento da diferença dos preços;
- 7.2.18. A remoção do paciente das instalações da CREDENCIADO para realização de exames fora dele, é responsabilidade da CREDENCIANTE, devendo ser utilizada ambulância própria. Em caso de indisponibilidade de ambulância pela CREDENCIANTE, o CREDENCIADO ficará responsável pela remoção do paciente, quando autorizada previamente pela CREDENCIANTE;
- 7.2.19. O CREDENCIADO promoverá as internações em apartamentos, quartos e enfermarias conforme item 7.18 deste Edital.
- 7.2.20. O direito a acompanhante será possível desde que as instalações permitam e não haja prejuízo ao tratamento do paciente nem ao funcionamento do CREDENCIADO, a critério do respectivo Diretor, ficando o acompanhante sujeito às normas e ao pagamento da respectiva diária correspondente, exceto no caso de Oficiais Gerais, Oficiais Superiores e nos casos previstos pelos Estatutos da Criança (Lei nº 8.069, artigo 12), do Idoso (Lei nº 10.741, artigo 16) e da Pessoa com Câncer (Lei nº 14.238, artigo 4).
- 7.2.21. Fica proibido ao usuário assinar guias em branco.
- 7.2.22. Fica proibido cobrar do usuário qualquer tipo de taxa, serviço ou até mesmo depósitos antecipados, exceto quando referir-se a itens de conforto solicitados pelo mesmo, como ar-condicionado, televisão, telefone, internet, etc, e sob sua total responsabilidade de pagamento. Se houver dúvidas referente à autorização ou se identificado pendências pelo CREDENCIADO, essa deve contatar a Divisão de Regulação da CREDENCIANTE, a fim de obter esclarecimentos.
- 7.2.23. Nos atendimentos de urgências, o CREDENCIADO deverá comunicar imediatamente à Policlínica Naval de Manaus, dentro das primeiras 24 horas, quando a urgência ocorrer em Manaus e em 48 horas nas demais localidades, com o objetivo de obter autorização de internação ou orientação sobre a transferência para uma Organização Militar Hospitalar (OMH), dependendo da análise do caso.
- 7.2.24. O não-cumprimento da determinação de comunicar a PNMa sobre a urgência descrita na alínea acima, implicará no não-pagamento das despesas realizadas pelo usuário do SSM ao CREDENCIADO. Caso não fique comprovada a situação de urgência ou emergência pelo competente mecanismo de Auditoria, as despesas também deixarão de ser reconhecidas pela CREDENCIANTE.

- 7.2.25. O atendimento no caso de comprovada urgência/emergência será coberto por GAU única, emitida pela CREDENCIANTE ao Serviço de Pronto-Socorro, englobando todo o atendimento que for dispensado ao usuário.
- 7.2.26. Entender-se-á por urgência a ocorrência imprevista de agravo à saúde com ou sem risco potencial de vida, cujo portador necessita de assistência médica imediata, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 1º da Resolução CFM nº 1451, de 1995, bem como o estado do paciente resultante de acidente pessoal ou de complicação no processo gestacional, nos termos do inciso II do artigo 35C da Lei nº 9.656, de 1998, ao passo que, por emergência, entender-se-á a constatação médica de condições de agravo à saúde que impliquem em risco iminente de vida ou sofrimento intenso, exigindo portanto, tratamento médico imediato, nos termos do parágrafo segundo do artigo 1º da Resolução CFM nº 1451, de 1995, bem como o estado do paciente que implique em risco imediato de sua vida ou de consumação de lesões irreparáveis a sua saúde, estado este caracterizado em declaração exclusiva do médico assistente, nos termos do inciso I do artigo 35C da Lei nº 9.656, de 1998.
- 7.2.27. Nos atendimentos de pronto-socorro, somente deverão ser solicitados exames/procedimentos, e aplicados medicamentos de comprovada urgência ou emergência, fundamentados em justificativa médica apresentada sob a forma de indicação do CID 10 aplicável.
- 7.2.28. No caso de óbito ocorrido com paciente internado, o CREDENCIADO deve notificar de imediato à família do paciente e ao CREDENCIANTE.
- 7.2.29. Os atendimentos serão realizados de acordo com a Guia de Apresentação do Usuário (GAU) emitida pela PNMa e da correta identificação do usuário do SSM, através da apresentação da Carteira de Identidade emitida pelo Serviço de Identificação da Marinha (SIM) dentro da validade ou mediante a apresentação do documento do beneficiário - a apresentação do documento do beneficiário - Cartão para Assistência Médico-Hospitalar (CHASM) ou Declaração de Dependente (DD) - acompanhado de outro documento de identidade com foto, quando da sua apresentação ao CREDENCIADO.

7.3. As solicitações de procedimentos cirúrgicos eletivos devem vir acompanhadas da seguinte relação de documentos:

7.4. Relatório médico detalhado (legível) fornecido pelo profissional solicitante devidamente assinado, datado e acompanhado do respectivo número de inscrição no conselho de classe (CRM), contendo o diagnóstico médico (CID-10), a indicação do exame/procedimento com justificativa fundamentada, os códigos da Classificação Brasileira Hierarquizada (CBHPM), previsão de diárias e, se for o caso, três orçamentos das Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME)/Dispositivos Móveis Implantáveis (DMI) (quando o OPME/DMI não estiver na tabela SIMPRO PF) com número de registro do material na ANVISA e CNPJ do fornecedor. Se não for possível obter três orçamentos, deve-se enviar uma negativa do fornecedor (indicando a falta de material ou a recusa em cotar para o FUSMA) ou uma carta de exclusividade.

7.4.1. Cópia do laudo do exame complementar principal (incluindo os exames de imagens),

quando for o caso.

7.4.2. A ausência de parte da documentação impossibilita a CREDENCIANTE de requerer junto à Diretoria de Saúde da Marinha (DSM) a autorização para realização do procedimento e, por isso, não serão reconhecidas as despesas que não estejam corroboradas pelos trâmites documentais regulares exigidos à sua execução.

7.5. Nos casos de emergência ou de comprovada urgência, o atendimento será imediato, sem necessidade de apresentação da GAU, mediante a identificação do beneficiário socorrido, sempre ressaltando o disposto no subitem 7.2.23. Entretanto, o referido beneficiário ou o seu responsável deverá comunicar à CREDENCIANTE a internação e as causas da urgência/emergência, bem como, assinar um termo de compromisso para entrega da GAU ao CREDENCIADO no prazo de 48h (**modelo anexo aos contratos**). Caso o prazo ultrapasse as 48h, os gastos contraídos pelo beneficiário serão inteiramente de responsabilidade deste e devem ser acertados diretamente com o CREDENCIADO, sem nenhum ônus ao FUSMA.

7.5.1. O FUSMA não assumirá responsabilidade nem reembolsará despesas caso não sejam comprovadas a urgência e/ou emergência, e se as providências acima mencionadas não forem cumpridas.

7.5.2. O atendimento no caso de emergência ou comprovada urgência será coberto pela GAU, ainda que tal atendimento envolva equipe multidisciplinar.

7.5.3. Os procedimentos de urgência e emergência realizados sem autorização prévia, sofrerão auditoria retrospectiva de códigos, materiais, medicamentos e OPME por junta técnica do Hospital Naval Marcílio Dias (HNMD), sendo passível de glosa, cabendo recurso.

7.6. Qualquer material, equipamento, dieta e outro produto nutricional ou medicamento utilizado no atendimento ao paciente, inclusive sangue e seus componentes, será providenciado pelo CREDENCIADO e posteriormente faturado pela CREDENCIANTE com a observância das regras estabelecidas neste edital e em seus anexos. Em nenhuma hipótese poderá ser cobrado do beneficiário.

7.6.1. O justo valor do uso desses materiais e afins será incluído, mediante apresentação de nota fiscal, ao final do tratamento, na conta do paciente, e submetido à Seção de Auditoria de Contas Médicas da CREDENCIANTE.

7.6.2. A CREDENCIANTE poderá fornecer medicamentos, materiais de penso, órteses, próteses, materiais cirúrgicos especiais (reutilizáveis), dietas e outros produtos nutricionais e materiais de alto custo e outros que julgar necessários para a execução do contrato, respeitado o protocolo de tratamento do CREDENCIADO.

7.7. Nos contratos cujo objeto refere-se aos tratamentos de fonoaudiologia, de fisioterapia e de terapia ocupacional devem-se respeitar as dez sessões por área, em um período de 30 dias, bem como o número máximo de 200 sessões dentro de cada área, para total do tratamento.

7.8. Nos contratos cuja especialidade seja psicoterapia, limitam-se a 2 sessões em um período de 30 dias, podendo, em casos excepcionais, ser autorizada a realização de 4 sessões no mesmo período, mediante justificativa formalizada do profissional prestador do serviço, desde que homologada por médico militar, bem como o número máximo de 200 sessões dentro de cada área, para total do tratamento.

7.9. Nos contratos a que se referem os subitens 7.6 e 7.7 ficam fixados em 50 minutos o tempo de duração de cada sessão.

7.10. As sessões de fisioterapia serão pagas desde que prescritas por médicos e evoluídas por fisioterapeutas. Os honorários de fisioterapia serão pagos da seguinte forma:

7.10.1. Até 2 sessões de fisioterapia respiratória ou motora por dia, em CTI adulto ou pediátrico. Sessões extras deverão ser autorizadas pelo auditor concorrente após a devida justificativa médica.

7.10.2. Até 1 sessão de fisioterapia respiratória ou motora por dia, em apartamento ou enfermaria. Sessões extras deverão ser autorizadas pelo auditor concorrente após a devida justificativa médica.

7.11. O CREDENCIADO é responsável pelos encargos trabalhista, fiscal, previdenciário e comercial resultantes da execução do contrato.

7.12. Os procedimentos sujeitos a parecer de Comissão Ética Médica e de Serviço de Auditoria Médica de OMS, bem como os procedimentos médico-hospitalares e odontológicos não cobertos (ZM2) nem financiados (ZM1), foram enumerados no **Anexo "T"**, deste edital.

7.12.1. Os tratamentos não cobertos pelo sistema FUSMA, conforme o **Anexo T** do edital, não se incluem na presente contratação;

7.12.2. Caso solicitado, o CREDENCIADO obriga-se a advertir o paciente ou seu responsável de que o usuário do FUSMA irá arcar os pagamentos decorrentes de exame, de procedimento, material e afins.

7.13. O CREDENCIADO deverá considerar o prazo de 30 dias corridos para os casos de RETORNO DE CONSULTAS ambulatoriais.

7.14. A execução e controle dos serviços contratados serão avaliados pela CREDENCIANTE, mediante supervisão direta ou indireta dos procedimentos realizados.

7.14.1. Nos casos de tratamentos prolongados (internações), as contas deverão ser encerradas e apresentadas a cada 15 (quinze) dias. Nesses casos, a CREDENCIADA deverá solicitar nova guia de apresentação do usuário/ internação (GAU) à CREDENCIANTE, com as devidas comprovações para a necessidade de prorrogação das internações e, mediante a autorização do auditor concorrente, e posterior envio através do e-mail: [pnma.regulacao@marinha.mil.br](mailto:pnma.regulacao@marinha.mil.br).

7.14.2. A CREDENCIANTE deverá ser informada sobre tratamentos prolongados (internações) juntamente com Laudo Complementar e/ou relatório médico com justificativa

de prorrogação, conforme **Anexo V (do contrato para hospitais gerais e maternidades)**, imediatamente, não ultrapassando o prazo de 48 horas para a solicitação da nova guia.

7.15. É vedado ao CREDENCIADO exigir que o usuário assine fatura ou guia de atendimento ou quaisquer papéis em branco.

7.16. A GAU autoriza o atendimento aos beneficiários do FUSMA e seus dependentes. Ela terá validade de 30 dias corridos, contados a partir da data de sua assinatura pelo militar responsável da Regulação, Laboratório da PNMa, devendo estar numerada e conter código da tabela CBHPM.

7.16.1. Para as GAU de procedimentos que serão realizados em várias etapas, a CREDENCIADA deverá apor o dia de cada sessão com a respectiva assinatura do usuário no verso da GAU.

7.16.2. As GAU originais e os Boletins de Atendimento de Emergência deverão ser anexados às faturas para auditoria e posterior pagamento.

7.17. É proibida a cobrança, diretamente aos usuários, de quaisquer valores ou sobretaxas atinentes à prestação dos serviços prestados em decorrência do credenciamento.

7.18. **Acomodações Hospitalares** – Nos casos de internação hospitalar, os beneficiários do FUSMA serão admitidos e acomodados pela entidade hospitalar de acordo com a infraestrutura existente em suas unidades, em atendimento às especificações abaixo:

7.18.1. **Enfermaria** – acomodação coletiva para dois e até 4 pacientes, equipada com banheiro completo, telefone e ar-condicionado, para Praças (Suboficial, Sargento, Cabo e Marinheiro/Soldado) e seus dependentes, e para Oficiais subalternos e intermediários (Capitão-Tenente, Primeiro-Tenente, Segundo-Tenente e Guarda-Marinha) e seus dependentes.

7.18.2. **Enfermaria em hospital dia** – acomodação de pacientes para internação com permanência de até 12 horas, não correspondendo a uma diária convencional, sem direito a acompanhante exceto nos casos previstos em lei, para Praças (Suboficial, Sargento, Cabo e Marinheiro/Soldado) e seus dependentes, e para Oficiais subalternos e intermediários (Capitão-Tenente, Primeiro-Tenente, Segundo-Tenente e Guarda-Marinha) e seus dependentes.

7.18.3. **Apartamento individual** – acomodação equipada com banheiro privativo completo, telefone, televisão, frigobar, ar-condicionado, armário e acomodação para acompanhante, para Oficiais superiores e gerais (Almirante, Capitão de Mar e Guerra, Capitão de Fragata, Capitão de Corveta).

7.18.4. **Apartamento individual em hospital dia** – acomodação equipada com banheiro privativo completo, telefone, televisão, frigobar, ar-condicionado, armário e acomodações para acompanhante acomodação de paciente para internação com permanência de até 12 horas, não corresponde a uma diária convencional, para Oficiais superiores e gerais (Almirante, Capitão de Mar e Guerra, Capitão de Fragata, Capitão de

Corveta) e seus dependentes.

7.18.5. **Alojamento conjunto** - contempla o conjunto de estrutura física, equipamentos e recursos humanos necessários à acomodação e assistência ao recém-nascido logo após seu nascimento, em unidade não intensiva, acompanhado da mãe (não contempla a diária da mãe).

7.19. No caso de indisponibilidade de acomodação compatível com os padrões a que tem direito o beneficiário FUSMA, a OSE obrigar-se-á a instalá-lo em uma acomodação de padrão superior, sem ônus para o beneficiário ou para o FUSMA.

7.20. Será também reconhecido como modalidade de acomodação para as internações dos pacientes o serviço de "Hospital dia", sendo coberto para todos os beneficiários.

7.21. **OPME:** a prescrição deverá obedecer a Resolução CFM nº 2.318, de 11 de agosto de 2022. Além do disposto nos itens 7.2.14.4 e 7.2.15.

7.21.1. A solicitação de OPME para procedimento eletivo deverá ocorrer com no mínimo de 72h de antecedência à realização do procedimento, possibilitando maior conforto e segurança ao paciente e ao médico assistente, evitando transtornos para o CREDENCIADO e para a CREDENCIANTE.

7.21.2. Caso o OPME esteja incluso na composição de pacotes, eles não poderão ser cobrados separadamente.

7.21.3. Em situações de urgência ou emergência em que não seja possível solicitar autorização prévia, o material será providenciado pelo CREDENCIADO. Este deverá apresentar, dentro do prazo de 48h após a realização do procedimento, a justificativa médica, os exames de imagem e laboratoriais que fundamentaram a decisão de realizar a cirurgia de urgência/emergência e três orçamentos da OPME/DMI (caso OPME/DMI não estiver na tabela SIMPRO PF) com número de registro do material na ANVISA e CNPJ do fornecedor. Se não for possível obter três orçamentos, deve-se enviar uma negativa do fornecedor (indicando a falta de material ou a recusa em cotar para o FUSMA) ou uma carta de exclusividade.

7.21.4. Após ratificação do uso do OPME para o caso aplicado, o material de menor valor de mercado, será autorizado. Deverão ser anexados na fatura final, para análise do serviço de auditoria, a embalagem do OPME utilizado ou rótulo, selo de controle (etiqueta de rastreabilidade) ou identificação com número e registro no prontuário do paciente, de forma a confirmar sua utilização única e descartável.

7.21.5. É obrigatória a apresentação de lacres, invólucros e etiquetas do registro do produto na ANVISA, apenso à fatura para OPME de alto custo, sob passível de glosa o seu não envio.

7.21.6. Fica definido o valor máximo de até R\$ 600,00 para aquisição de OPME utilizados nas cirurgias e procedimentos, sem a necessidade de autorização.



7.21.7. É vedada à OSE a substituição ou a troca da OPME autorizada, salvo quando ocorrer intercorrência médica imponderável durante o ato cirúrgico e descrita no registro cirúrgico. Em caso de substituição ou troca de OPME motivada por intercorrência médica, ou uso de OPME extra ao autorizado em procedimento cirúrgico eletivo ou de urgência, o CREDENCIADO deverá comunicar a CREDENCIANTE em até 72 horas após o uso, com justificativa técnica para a devida análise por Junta Técnica Especializada, sendo passível de glosa, cabendo recurso. A autorização fora desse prazo será considerada glosa administrativa, não passível de recurso.

7.21.8. Em hipótese alguma o CREDENCIADO poderá cobrar dos beneficiários do FUSMA, qualquer valor relacionado à utilização de OPME.

7.21.9. Para os casos de cirurgias de facectomia com uso de lente intraocular, se o beneficiário optar pela utilização de lentes diferentes das cobertas pelo FUSMA, ele deverá assinar termo de opção de lente, no qual renuncia à lente fornecida, comprometendo-se a arcar com todas as despesas referentes ao referido material, não cabendo ressarcimento.

7.21.10. Para os casos de cirurgias de exérese de pterígio e autotransplante conjuntiva, se o beneficiário optar pela utilização de cola biológica diferente do fio de sutura coberto pelo FUSMA, ele deverá assinar termo de opção de material de síntese, no qual renuncia o fio de sutura fornecida, comprometendo-se a arcar com todas as despesas referentes ao referido material, não cabendo ressarcimento.

7.21.11. Os procedimentos cirúrgicos eletivos só poderão ser agendados pelo CREDENCIADO após a liberação da CREDENCIANTE. A liberação ocorrerá em período aproximado até 20 dias úteis, se ratificado por completo, após a entrega da solicitação médica com todos os subsídios técnicos ao procedimento e três orçamentos da OPME/DMI (quando o OPME/DMI não estiver na tabela SIMPRO) com número de registro do material na ANVISA e CNPJ do fornecedor (se for o caso). Não serão pagos os OPME não constantes da solicitação inicial, salvo em casos de alteração cirúrgica devidamente fundamentada conforme mencionado em subitem 7.20.7 e ratificada pela DSM.

7.21.12. O CREDENCIADO deverá fazer constar na conta hospitalar do beneficiário as etiquetas que comprovem a utilização da OPME autorizada, com a descrição do uso no relatório cirúrgico.

7.21.13. O registro do material na ANVISA, é condição imprescindível para autorização. Materiais não registrados na ANVISA não serão remunerados.

7.21.14. Fica facultado à CREDENCIANTE realizar auditoria “in loco” em procedimentos que utilizem OPME.

7.22. A CREDENCIANTE poderá fornecer medicamentos, materiais de penso, órteses, próteses, materiais cirúrgicos especiais (reutilizáveis), dietas e outros produtos nutricionais e materiais de alto custo e outros que julgar necessários para a execução do contrato, respeitado o protocolo de

tratamento do CREDENCIADO.

7.23. A prescrição de inibidores de bomba de próton, zofran e albumina deve ser restrita às situações para as quais a eficácia tenha sido efetivamente demonstrada e seu uso deve ser ratificado por auditor in loco, sendo passível de glosa.

7.24. De forma complementar aplica-se o disposto na Resolução Normativa nº 428, de 7 de novembro de 2017, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

7.25. Com relação à atenção domiciliar, no que tange aos serviços de cuidador, observa-se a regra prevista na RDC/Anvisa nº 11, de 2006: orientação/treinamento de cuidadores. Não cabe, pois, a contratação de mão de obra capacitada para auxiliar o paciente em suas necessidades e atividades cotidianas, conforme analisado pelo Parecer nº 0381/2016/CJU-MG/CGU/AGU.

7.26. A CREDENCIANTE se pauta no princípio ético de não indicar atos desnecessários ou proibidos pela legislação do País. A prescrição racional de medicamentos significa escolher o melhor tratamento medicamentoso, com base nos critérios de eficácia, segurança, aplicabilidade (comodidade) e custo financeiro para o paciente de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) que sugere critérios para reduzir a polifarmácia.

## **8. DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.**

8.1. Os serviços serão remunerados com base nos seguintes valores praticados nos Estados do Amazonas e Rondônia, com base na Pesquisa Mercadológica, nos termos da Instrução normativa SEGES/ME nº65/2021, e nas Tabelas Referencias Médicas e Odontológicas, conforme discriminado a seguir:

8.1.1. Para diárias, taxas, materiais, dietas, e pacotes de serviços serão adotados os valores constantes das tabelas do Anexo N deste Edital.

8.1.1.1. A qualquer momento, desde que acordado pelas partes, poderão ser estabelecidos novos pacotes de prestação de serviços com a condição de que os valores individuais dos itens inclusos em cada pacote correspondem aos valores estabelecidos neste Edital e seus anexos.

8.1.1.1.1. Caso seja estabelecido um novo pacote, este será automaticamente estendido aos demais credenciados.

8.1.1.1.2. Qualquer alteração contratual proposta só poderá ser efetivada com expressa autorização da DSM, após análise técnico financeiro.

8.1.2. Para **consultas médicas eletivas ou em pronto atendimento**, adotar-se-á os valores discriminados no **Anexo “N”**.

8.1.3. Para **honorários de procedimentos médicos**, classificados nos capítulos 1, 2 e 3 da tabela CBHPM, será adotada a tabela CBHPM, ano 2014, e o valor de UCO de R\$ 16,15.

8.1.3.1. Nos procedimentos oftalmológicos ambulatoriais e hospital dia não serão

pagos os honorários médicos dobrados e serão cobrados de acordo com a Lista Referencial de Oftalmologia – Item 14.10 e de acordo com os pacotes de serviços do Anexo “N”.

8.1.4. Para o **serviço de apoio ao diagnóstico e tratamento (SADT)**, classificados no capítulo 4 da tabela CBHPM, será adotada a tabela CBHPM, ano 2012 e o valor de UCO de R\$ 14,33.

8.1.5. Para **serviços auxiliares de diagnóstico e tratamento**, em que seja necessário uso do filme radiológico, adotar-se-á o valor de filme de R\$28,70.

8.1.6. Para os **exames e procedimentos** especificados a seguir adotar-se-á a Tabela CBHPM 2012:

8.1.6.1. Exames Laboratoriais

8.1.6.1.1. Não será pago coleta de exames pelo hospital ou terceiros.

8.1.6.1.2. Os credenciados responsáveis pela realização completa dos serviços de exames laboratoriais devem atentar para as disposições contidas no item 4 do **Anexo “E - Contrato Clínicas Laboratoriais”**.

8.1.6.2. Exames de Ressonância Nuclear Magnética e Doppler Colorido Venoso e Arterial de Membros Inferiores e Superiores.

8.1.6.3. Exames de Endoscopia diagnóstica e intervencionista.

8.1.6.4. Exames Eletrofisiológicos mecânicos e funcionais.

8.1.6.5. Exames de Anatomopatologia e de Citopatologia.

8.1.6.6. Procedimentos diagnósticos da Angiorradiologia e métodos intervencionistas.

8.1.7. Para os serviços de **fonoaudiologia, psicologia, neuropsicologia, psicopedagogia, nutrição, porte anestésico, clínica e cirurgia odontológica, e psiquiatria**, adotar-se-á os valores discriminados no **Anexo “N”**.

8.2. Constam dos anexos contratuais deste Edital, regras especiais de remuneração, conforme o serviço ou especialidade. Não será permitida a cobrança de quaisquer outras taxas ou depósitos além dos constantes nestas tabelas.

8.3. A **Diária do Centro de Terapia Intensiva (CTI)** será paga conforme os valores constantes na Lista Referencial do Item 4.2.1.2.2 do anexo “N” deste edital, incluindo a utilização de aparelhagens, equipe técnica e exames de monitorização.

8.4. A **Diária Hospitalar** inclui assistência de enfermagem, serviço de camareira, copeira, serviços gerais, alojamento e alimentação do paciente e será pago conforme os valores constantes na Lista Referencial do Item 4 do Anexo “N” deste edital.

8.4.1. Os serviços de médicos plantonistas serão remunerados pelo valor previsto no item 2 do **Anexo N**.

8.4.2. No valor previsto no subitem acima, incluir-se-á todo e qualquer serviço profissional prestado por parte do plantonista, durante a permanência do paciente no CTI.

8.4.3. Excluir-se-á do valor da diária do CTI, os exames complementares, sangue e derivados, curativos especiais, gases, materiais, medicações, máquina de hemodiálise, intercorrências cirúrgicas e honorários médicos, devendo esses itens, portanto, serem valorados separadamente.

8.5. Quando se tratar de taxas, lisura, órteses, próteses, materiais cirúrgicos especiais (reutilizáveis), procedimentos radiológicos contrastados, dietas e outros produtos nutricionais e curativos especiais, serão observados os valores e as instruções constantes na **Lista Referencial do do Anexo “N”** deste edital.

8.6. Constam dos anexos deste edital, regras especiais de remuneração, conforme o serviço ou especialidade, cujo justo valor será encontrado da seguinte forma:

8.6.1. Medicamentos: terão como preços admitidos os valores publicados e atualizados no Guia Farmacêutico BRASÍNDICE, correspondente ao período do atendimento. Para os medicamentos de uso comum e de uso restrito hospitalar os valores publicados na coluna PF (Preço de Fábrica) serão acrescidos de inflator de 15%. O credenciante pagará o preço do medicamento efetivamente utilizado, devendo ser dada prioridade ao uso de GENÉRICOS quando existentes no mercado, exceto quando houver justificativa médica para indicação de medicação similar ou patenteada. Para os medicamentos não constantes no Guia BRASÍNDICE, os credenciados deverão submeter a auditoria prévia e após autorizados, serão pagos no valor constante da Nota Fiscal acrescido de 20% de inflator para medicamentos de uso comum e restrito (o uso de tais medidas deve-se à imposição do valor praticado na Região Norte).

8.6.1.1. Medicamentos líquidos, soluções, gotas, colírios, pomadas, deverão ser cobrados fracionados conforme prescrição médica. Quando os medicamentos possuírem custo ACIMA DE R\$ 600,00 (Seiscentos Reais), será necessária autorização prévia para o seu uso. Nos casos de urgências ou emergências devidamente comprovadas, não haverá necessidade dessa autorização, porém o uso do medicamento deve ser informado nas primeiras 48h (quarenta e oito horas), a contar do primeiro dia útil subsequente ao evento e a caracterização do quadro de urgência ou emergência, podendo o paciente ser alvo de auditoria in loco. O credenciado deverá informar na fatura a especificação da marca do medicamento utilizado e cobrado, juntamente com a codificação TUSS (Tabela Unificada de Saúde Suplementar), para efetivação do pagamento.

8.6.1.2. O FUSMA não se responsabilizará ou ressarcirá as despesas dos medicamentos usados nos casos de urgência ou emergência, quando não for respeitado o prazo de 48h para comunicação, conforme orientação acima.

8.6.1.3. A medicação paga será a **GENÉRICA** quando houver disponibilidade de opção em mercado. Em caso de inviabilidade a utilização do medicamento de referência deverá ser comprovada por meio do respectivo lacre. Não será aceita como justificativa apenas os dizeres “não trocar por genérico” e “não genérico” pois não

fornecem informações precisas e científicas sobre a justificativa para não uso do genérico, que possui amparo legal da ANVISA.

8.6.1.4. É obrigatória a apresentação de lacres, invólucros e etiquetas do registro do produto na ANVISA, apenso à fatura, para materiais/medicamentos de alto custo.

8.6.1.5. O registro do medicamento na ANVISA, é condição imprescindível para autorização.

8.6.1.6. **A alíquota do ICMS será a estabelecida pelas Leis Estaduais dos estados do AMAPÁ E RORAIMA, conforme adequado.**

8.6.1.6.1. Medicamentos não registrados na ANVISA não serão remunerados.

8.6.1.6.2. **Uso “off-label” ou de caráter experimental de materiais e medicamentos não serão remunerados.**

8.6.1.7. **Antibióticos:** Meropenem, Targocid, Torgena, Teicoplanina, Fluconazol EV, Tazocin, Ganciclovir, Zyvox, Mycamine, Voriconazol, Levofloxacino EV, Polimixina B e Ertapenem, que terão as primeiras 72 horas aprovadas, porém, a continuidade necessitará de autorização. O parecer de infectologista e exames de cultura poderão ser solicitados pela auditoria médica para a sua manutenção.

8.6.1.8. **Torgena, Anfotericina B lipossomal (Ambisome), Ecalta e Cancidas** necessitarão de parecer por escrito do infectologista e exames de cultura que justifiquem a sua indicação desde o princípio do tratamento.

8.6.1.9. **Albumina Humana, Eritropoetina, Tenecteplase, Filgrastin (Granulokine), Mathergan, Actilyse, Precedex, Sandostatin, Terlipressina, Beriplex** terão as primeiras 72 horas aprovadas, porém, a continuidade necessitará de autorização. Parecer de especialistas e exames poderão ser solicitados pela auditoria médica para a sua manutenção.

8.6.1.10. **A Imunoglobulina** precisará de prévia autorização. Para tanto, necessita de relatório médico, peso do paciente e prescrição para a sua análise.

8.6.1.11. **Neonatologia:** Surfactante (Curosurf) terá as primeiras 72 horas aprovadas, porém, a continuidade necessitará de autorização. Parecer de especialista poderá ser solicitado pela auditoria médica para a sua manutenção.

8.6.1.12. Ácidos graxos essenciais para uso tópico e demais itens classificados como cosméticos, utilizados para prevenção de lesões de pele, não estão previstas cobranças por não haver respaldo técnico, conforme Resolução nº 7, de 10 de fevereiro de 2015, da ANVISA.

## **8.6.2. Quimioterápicos:**

8.6.2.1. Os medicamentos quimioterápicos injetáveis serão considerados os valores

acordados nos parâmetros do Guia Farmacêutico BRASÍNDICE na coluna PF, com inflator de 15%. Para os medicamentos não constantes no Guia BRASÍNDICE, os credenciados deverão submeter a auditoria prévia e após autorizados, serão pagos no valor constante da Nota Fiscal acrescido de 20%.

8.6.2.2. Para os medicamentos quimioterápicos orais serão considerados os valores acordados nos parâmetros do Guia Farmacêutico BRASÍNDICE na coluna PF, com inflator de 15%. Para os medicamentos não constantes no Guia BRASÍNDICE, os credenciados deverão submeter a auditoria prévia e após autorizados, serão pagos no valor constante da Nota Fiscal acrescido de 20%.

8.6.2.3. Fica definido o fracionamento de medicamentos que deverá ser fornecido segundo as necessidades do paciente, mesmo em quantidade distinta da embalagem original, conforme regulamentação da ANVISA. O faturamento dos medicamentos será proporcional à quantidade fracionada utilizada.

8.6.2.3.1. Sugere-se aos CREDENCIADOS que estabeleçam protocolos de agendamentos de quimioterapia e imunobiológicos com a finalidade de otimizar o uso de ampolas.

8.6.2.3.2. Os casos não passíveis de fracionamento serão analisados conjuntamente e autorizados de acordo com prévia justificativa médica ou do CREDENCIADO.

8.6.3. **Radiofármacos:** serão remunerados conforme o Item 3.2.1 constante no **Anexo “N”**, deste Edital.

8.6.4. **Material descartável:** serão remunerados com base em tabela própria do edital constante no **Anexo “N”**. Materiais médico-hospitalares não constantes em tabela própria serão remunerados com base no valor de tabela SIMPRO (PF) + 15% de taxa administrativa. Na ausência de referência da tabela informada, o pagamento estará condicionado à auditoria prévia e, após autorizados, serão pagos no valor constante da Nota fiscal (NF) ao credenciado, acrescida de taxa administrativa de até 20%. Em caso de material com valor acima de R\$ 600,00 será necessária autorização prévia para o seu uso. Nos casos de URGÊNCIA e EMERGÊNCIA devidamente comprovadas não haverá necessidade dessa autorização, porém, o uso do material deve ser informado nas primeiras 48 horas, a contar do primeiro dia útil subsequente ao evento e à caracterização do quadro de urgência, pode ser alvo de auditoria *in loco*.

8.6.5. **Material radiológico:** os valores a serem praticados valor de R\$ 28,70 o metro quadrado, de acordo com a Lista Referencial do capítulo I do Anexo “N” deste edital.

8.6.6. **Gases medicinais:** serão remunerados conforme o Item 4.2.2 do Anexo “N” deste edital.

8.6.7. **Dietas:** serão remunerados conforme o Item 10 do Anexo “N” deste edital.

8.6.8. **OPME (órteses, próteses e materiais especiais):** serão remunerados conforme o Item 6 do Anexo “N” deste edital.

8.7. Em casos de medicamentos não constantes da Lista de Preços de Medicamentos para compras públicas - medicamentos de preço livre:

8.7.1. O CREDENCIADO comprovará o custo do medicamento, por meio da apresentação de nota fiscal, com data atualizada e preços praticados no mercado distribuidor.

8.7.2. A CREDENCIANTE realizará a aferição das faturas, especialmente quanto à adequação do custo ao preço de mercado, por meio do Serviço de Auditoria Médica, conforme o procedimento previsto no contrato.

8.8. Quando porventura o material não constar na tabela referenciada, bem como as órteses e próteses:

8.8.1. O CREDENCIADO deverá apresentar 3 orçamentos com os valores praticados no mercado distribuidor.

8.8.2. A CREDENCIANTE realizará a aferição das faturas, especialmente quanto à adequação do custo ao preço de mercado, por meio do Serviço de Auditoria Médica, conforme o procedimento previsto no contrato.

8.9. Deverá constar na nota fiscal, averbação com referência ao nome do paciente, nome do profissional (médico, cirurgião-dentista etc.) responsável e a data da realização da consulta ou procedimento.

8.10. É vedado ao CREDENCIADO cobrar diretamente do beneficiário do FUSMA qualquer importância a título de taxas, honorários ou serviços prestados, inclusive depósitos prévios, além dos pactuados.

8.11. O pagamento será precedido de consulta quanto à regularidade fiscal do CREDENCIADO.

8.12. Os pagamentos serão efetuados mediante Ordem Bancária, em favor do CREDENCIADO, na Conta Corrente, Agência e Banco informados, após a apresentação de Nota Fiscal dos serviços e lisura das faturas devidamente discriminadas. Deverá constar no corpo das respectivas faturas o período de competência do faturamento.

8.13. A Nota Fiscal correspondente à prestação do serviço prestado deverá ser emitida em nome do Centro de Intendência da Marinha em Manaus (CeIMMa), portador do CNPJ nº 00.394.502/0401-03, da qual deverá constar o número da Nota de Empenho correspondente e os dados bancários do CREDENCIADO, para crédito em conta-corrente do valor devido, assim como a discriminação detalhada dos serviços cobrados.

**8.14. A CREDENCIANTE efetuará o pagamento das faturas apresentadas nas condições prescritas, no prazo máximo de até 60 dias, contados da data de emissão de nota fiscal solicitada junto à CREDENCIADO.**

8.14.1. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento, de acordo com art.143 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14.2. O CREDENCIADO deverá apresentar a fatura, entre o 1º e o 10º dia do mês subsequente, anexando todos os comprovantes de despesas, a GAU, com as assinaturas dos beneficiários ou de seus responsáveis que comprove a prestação do serviço, a relação de materiais e medicamentos gastos relativos aos atendimentos prestados no mês considerado, discriminando número de ordem, data, número da GAU, nome do usuário, número do documento de identidade, número de matrícula do Servidor Civil ou de seu dependente, se for o caso, Número de Identificação Pessoal (NIP), se militar contribuinte do FUSMA, código das tabelas: CBHPM, BRASÍNDICE (PF) e SIMPRO (PF), conforme o caso, os quantitativos de CH, pacote adotado, valor em R\$ (reais), relatório de conferência (espelho), ficha de controle de procedimentos e demais detalhamentos pertinentes.

8.14.3. A apresentação da fatura em data posterior aos prazos estipulados, sem a devida justificativa, poderá implicar glosa administrativa, com o decorrente não pagamento da fatura.

8.15. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração Pública Federal, o valor devido deverá ser acrescido de compensação financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)/365$$

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de compensação financeira.

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual.

EM = Encargos moratórios.

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

VP = Valor da parcela em atraso.

8.16. Os valores vigentes na data de atendimento serão os considerados para a quitação das faturas.

8.17. Sobre o valor devido ao CREDENCIADO, a Administração Pública Federal efetuará a retenção do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para o PIS/Pasep, conforme disposto na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

8.18. Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

8.19. O CREDENCIADO regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de



comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.20. O procedimento de aferição as faturas dar-se-á da seguinte forma:

8.20.1. Somente serão aceitas faturas com as guias originais.

8.20.2. As faturas serão auditadas e verificadas eventuais inconformidades e os valores, parcial ou totalmente glosados, serão informados ao CREDENCIADO, no prazo de 15 dias úteis, com as razões das glosas efetuadas, discriminando o item e o valor destas, por meio do Relatório de Glosas.

8.20.2.1. O CREDENCIADO deverá notificar o recebimento do Relatório de Glosas, por meio do correio eletrônico, podendo ser enviado o relatório fisicamente, caso seja necessário.

8.20.2.2. O recurso de glosa poderá ser apresentado em até 15 a 20 dias úteis, após a sinalização do relatório de glosa pelo setor de Auditoria da PNMa, e 5 a 10 dias o prazo para apreciação final para recurso de glosa.

8.20.2.3. A emissão da Nota Fiscal será autorizada por meio de e-mail do setor de pagamento PM Bravo, após apuração e consolidação do valor líquido devido, através da análise das contas médicas pelo setor de Auditoria.

A Nota Fiscal deverá ser emitida com os seguintes dados:

COMANDO DA MARINHA

Endereço: Rodovia BR-319, s/n - Vila Buriti - Distrito Industrial I

CEP: 69.020-282

MUNICÍPIO: Manaus – AM - Brasil

CNPJ : 00.394.502/0401-03

8.20.2.4. A CREDENCIANTE terá o prazo máximo de 5 a 10 dias úteis para julgar o recurso de glosa apresentado pelo CREDENCIADO.

8.20.2.5. A CONTRATANTE glosará, total ou parcialmente, mediante motivação, a remuneração pelos serviços prestados especificados nas faturas que não estiverem de acordo com este termo ou edital.

8.20.2.6. A CONTRATANTE realizará glosa total administrativa das guias de encaminhamento apresentadas com prazo acima de 60 (sessenta) dias da data de sua emissão ou mais de 45 (quarenta e cinco) dias após a data de finalização do atendimento, o que ocorrer por último.

8.20.2.7. O CONTRATADO terá o prazo de até 72 (setenta e duas) horas úteis para disponibilizar os prontuários para a equipe de auditoria da PNMa, a contar da data de entrada da fatura no protocolo da Seção de Auditoria da PNMa.

8.20.2.8. Será realizada a glosa administrativa total das contas, nos casos em que não forem cumpridos os prazos definidos no subitem 8.20.2.6.

8.20.2.9. Uma vez procedente o recurso da glosa, a CREDENCIANTE efetuará o pagamento. Caso contrário, a CREDENCIANTE informará o resultado ao CREDENCIADO e arquivará a documentação.

8.20.3. Para a auditoria de todos os OPME e Dietas, deverá ser apresentada a nota fiscal relativa aos produtos, com cópia da documentação da empresa responsável, bem como da comprovação da esterilização do referido item.

8.21. Toda situação anormal, que impossibilite ou prejudique o pagamento das despesas, será imediatamente informada ao CREDENCIADO.

8.22. A Administração deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas por parte do CREDENCIADO.

8.22.1. O desconto de qualquer valor no pagamento devido ao CREDENCIADO será precedido de processo administrativo em que será garantido o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes.

8.23. É vedado ao CREDENCIADO transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

8.24. Os serviços de fisioterapia, fonoaudiologia, psicologia, terapia ocupacional e nutrição serão remunerados conforme as tabelas constantes no Anexo N.

8.25. Ficam estipulados, dentro de cada Área/Especialidade, remuneração conforme valores dispostos no Anexo N deste Edital.

## **9. DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS.**

9.1 Os valores dos itens previstos no Edital e em seus anexos poderão ser anualmente atualizados e republicados, total ou parcialmente, após negociação, devendo-se respeitar o interregno de 12 meses a partir da assinatura do contrato. Será utilizado o Índice de reajustamento de preço IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) específico ou setorial, sendo utilizado aquele que representar maior economicidade para a Administração Pública, em conformidade com a realidade do mercado.

9.2 Para os reajustes será necessário a existência de recursos estimados pela Dotação Orçamentária, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021. A atualização dos valores contratados poderá refletir diminuição dos anteriormente fixados e será aplicável a todos os credenciados.

9.3 Para solicitações de reajustes com índices acima do previsto, as propostas serão submetidas à análise da Diretoria de Saúde da Marinha, devendo ser apresentado:

a) Planilha de custos que justifique o reajuste pleiteado;

- b) Solicitação do reajuste pelo credenciado;
  - c) Valor do percentual proposto; e
  - d) Item do Edital que é objeto do pleito.
- 9.4 Qualquer alteração do Edital será publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, para que as alterações passem a integrar os contratos em vigor;
- 9.5 As alterações do Edital serão previamente comunicadas aos CREDENCIADOS por meio de notificação oficial;
- 9.6 Neste caso, o CREDENCIADO deverá aceitar as alterações estabelecidas, salvo se optar por solicitar seu descredenciamento, mediante o preenchimento e envio do **ANEXO Q - Requerimento de Descredenciamento**.

## **10 DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE.**

### **10.1 O CREDENCIANTE obriga-se a:**

10.1.1 Fiscalizar a execução dos contratos por meio de Inspeções Administrativas para verificar a conformidade da prestação dos serviços, a qualidade dos materiais, a aplicação das técnicas, o cumprimento das condições de habilitação previstas neste edital e a adequação dos equipamentos utilizados, de acordo com o art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.1.1 A fiscalização não exclui e nem reduz a responsabilidade do CREDENCIADO, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade. A responsabilidade a que se refere a presente cláusula estende-se à reparação de dano por falta eventual de instalações, equipamentos e/ou aparelhagem e não implica corresponsabilidade da CREDENCIANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, em conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

10.1.1.2 No caso de constatação de qualquer irregularidade(s) o CREDENCIADO fica sujeito ao descredenciamento, multas e até a rescisão do contrato, nos termos deste edital.

10.1.2 Efetuar o pagamento no tempo, lugar e forma estabelecidos no contrato;

10.1.3 Controlar as fases do processamento das despesas médicas, onde estas deverão ser acompanhadas por parte do SSM/FUSMA, por intermédio de auditorias prévias, concorrentes e a *posteriori*, além da verificação da lisura e inspeções administrativas.

10.2 A CREDENCIANTE obriga-se a **DESCREDENCIAR** no caso das seguintes hipóteses, de acordo com o art. 23 do Decreto no 11.878, de 2024:

10.2.1 Pedido formalizado pelo CREDENCIADO.

10.2.1.1 O pedido de descredenciamento não desincumbirá o CREDENCIADO do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles recorrentes.

#### 10.2.2 Perda das condições de habilitação do CREDENCIADO.

10.2.2.1 Deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

#### 10.2.3 Descumprimento injustificado do contrato pelo CREDENCIADO.

10.2.3.1 Deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

#### 10.2.4 Sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

### **11 DAS OBRIGAÇÕES DOS CREDENCIADOS.**

#### 11.1 O CREDENCIADO obriga-se a:

11.1.1 Indicar formalmente à Administração Pública Federal os prepostos e/ou responsáveis pela prestação dos serviços, objeto deste Edital;

11.1.2 Manter disponibilidade de mão de obra dentro dos padrões quantitativo e qualitativo suficientes para atender à demanda ordinária, bem como eventuais acréscimos solicitados pela Administração Pública Federal, respeitadas as disposições da legislação trabalhista vigente;

11.1.2.1 Responsabilizar-se por seu corpo clínico profissional;

11.1.2.2 Disponibilizar profissionais médicos especializados, que portem título de especialista (RQE- Registro de Qualificação de Especialista) devidamente inscrito no Conselho de Medicina, sendo estes profissionais especializados, legalmente habilitados pelos respectivos Conselhos de Classes e capacitados à realização dos serviços especializados a que se propõem;

11.1.3 Arcar com o custo do fornecimento de uniformes e equipamentos de proteção individual (EPI) para a mão de obra envolvida, sendo vedado o repasse de tal custo ao CREDENCIANTE;

11.1.4 Efetuar a reposição da mão de obra nos serviços, em caráter imediato, em eventual ausência;

11.1.5 Atender de imediato as solicitações relativas à substituição de mão de obra desqualificada ou entendida por parte da Administração Pública Federal como inadequada para a prestação dos serviços;

11.1.6 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão credenciante, nos termos do art. 7º do Decreto 7.203 de 2010;

11.1.7 Instruir o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração Pública Federal, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Saúde Ocupacional;

11.1.8 Relatar à Administração Pública Federal toda e qualquer irregularidade nos serviços prestados;

11.1.9 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais resultantes da execução do contrato, nos termos da legislação aplicável; e,

11.1.10 Notificar o CREDENCIANTE no caso de ocorrência de qualquer irregularidade na identificação do beneficiário em que haja suspeita de fraude, fornecendo relatório com dados que permitam identificar os envolvidos;

11.1.11 Proceder à verificação rigorosa da identificação dos usuários. Qualquer despesa decorrente de negligência ou má-fé na averiguação das credenciais do usuário será de responsabilidade exclusiva da CREDENCIADA.

11.1.12 Arcar com as despesas decorrentes de serviços de terceiros que lhe sejam particularmente prestados, tais como pessoal, recepção, limpeza, entre outros.

11.1.13 Fornecer materiais e medicamentos, devidamente registrado pela ANVISA.

11.1.14 Permitir, nas hipóteses autorizadas por lei, acesso aos prontuários dos Beneficiários, para auditoria de cintas e confecção de relatórios, que deverá ocorrer de forma programada e agendada previamente com o CREDENCIADO.

11.1.15 A CREDENCIADA terá o prazo de até 48 (quarenta e oito) horas para disponibilizar os prontuários solicitados pela seção de auditoria, a contar da data da entrada das contas (faturas) em protocolo da seção de auditoria médica externa.

11.1.16 Será realizada a glosa administrativa total das contas não apresentadas dentro do prazo definido em cláusula 11.1.15.

11.1.17 Manter, durante a execução do contrato, todas as condições exigidas para habilitação e qualificação no presente Edital.

11.1.17.1 Nesse caso, é vedada a retenção de pagamento se o contratado não incorrer em qualquer inexecução do serviço. Entretanto, o CREDENCIADO, deverá, tão logo for possível, regularizar a condição que deixou de atender, sob pena de ser impedido de continuar com o credenciamento;

11.1.17.2 A Administração poderá conceder um prazo para que o credenciado regularize suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação.

## **12 DAS SANÇÕES.**

12.1 O CREDENCIADO será responsabilizado administrativamente nas seguintes hipóteses:

Consultoria Jurídica da União Especializada em Serviços Sem Dedicção Exclusiva de Mão de Obra  
edital modelo para credenciamento de pessoas físicas e jurídicas para a prestação de serviços médico-hospitalares e odontológicos  
Atualização: FEVEREIRO/2024 – LEI 14.133/2021

- 12.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;
  - 12.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - 12.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;
  - 12.1.4 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
  - 12.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o credenciamento ou prestar declaração falsa durante credenciamento ou a execução do contrato;
  - 12.1.6 fraudar o credenciamento ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - 12.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - 12.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do credenciamento;
  - 12.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 12.2 Pelo atraso injustificado na execução das obrigações decorrentes do contrato, o CREDENCIADO estará sujeito às seguintes multas:
- 12.1.1 Multa, prevista no art. 156, II da Lei nº 14.133, de 2021, será calculada no percentual de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) **sobre o valor do serviço em mora**, por dia de atraso até o limite de 30 (trinta) dias;
  - 12.1.2 Multa, prevista no art. 156, II da Lei nº 14.133, de 2021, será calculada no percentual de 1 % (um por cento) **sobre o valor do serviço em mora**, incidente a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, nas hipóteses de atraso por período superior ao previsto no item acima, limitado em até 60 (sessenta) dias;
  - 12.1.3 As multas acima não impedem que a Administração Pública Federal rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas neste Edital.
- 12.3 O descumprimento das obrigações contratuais, inclusive sua inexecução, total ou parcial, e/ou das condições previstas neste Edital sujeitará o CREDENCIADO, na forma do disposto no art. 156, da Lei nº 14.133, de 2021, às seguintes penalidades:
- 12.3.1. Advertência;
  - 12.3.2. Multa, que não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato;
  - 12.3.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Federal direta e indireta, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos; e,
  - 12.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta ou indireta de todos os entes federados, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

12.4 As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

12.4.1 Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.4.2 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos do credenciamento;

12.4.3 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.5 As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.

12.6 A multa será descontada da garantia do contrato e de pagamentos eventualmente devidos pela Administração Pública Federal ou cobrada judicialmente.

12.7 As sanções previstas nos subitens 12.4.1, 12.4.3 e 12.4.4 poderão ser aplicadas juntamente com a do subitem 12.4.2, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo legal.

12.8 A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública é de competência do Ministro de Estado da Defesa, precedida de análise jurídica e facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo legal.

12.9 As demais sanções são de competência exclusiva do Ordenador de Despesas (Diretor da PNMa).

### **13. DA RESCISÃO.**

13.1. Os contratos poderão ser rescindidos nos casos de inexecução total ou parcial, na incidência dos motivos citados no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, conforme abaixo descrito:

13.1.1. Determinado por ato unilateral e motivado da Administração Pública Federal, nos seguintes casos:

13.1.1.1. não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

13.1.1.2. desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

13.1.1.3. alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

13.1.1.4. decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

13.1.1.5. caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

13.1.1.6. razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

13.1.1.7. não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz;

13.1.1.8. Caso o CREDENCIADO possua administrador ou sócio com poder de direção, familiar detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito da CREDENCIANTE (art. 3º, § 3º do Decreto no 7.203, de 2010).

13.1.2. Por acordo entre as partes, reduzida a termo no procedimento de credenciamento, desde que haja conveniência para a Administração Pública Federal e não prejudique a saúde dos beneficiários do SSM/FUSMA, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

13.1.2.1. Estando em processo de apuração de irregularidades na prestação de seus serviços, o CREDENCIADO não poderá solicitar a rescisão, enquanto não concluído o processo de apuração.

13.1.3. Por rescisão judicial, promovida por parte do CREDENCIADO, se a Administração Pública Federal incidir em quaisquer das seguintes hipóteses:

13.1.3.1. Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021;

13.1.3.2. suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;

13.1.3.3. Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas; e

13.1.3.4. atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos.

13.2. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, observado o devido processo legal.

13.3. A CREDENCIANTE poderá, no curso de processo de apuração das hipóteses de rescisão administrativa, interromper temporariamente a execução dos serviços, observado o limite fixado no Subitem 13.1.3.1.

13.4. Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa do CREDENCIADO, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados, tendo direito a:



13.4.1. Devolução de garantia;

13.4.2. Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

13.4.3. Pagamento do custo da desmobilização.

13.5. A rescisão unilateral, por ato da Administração Pública Federal, acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital:

13.5.1. Execução da garantia contratual, quando houver, para: a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução; b) pagamento de multas devidas à Administração Pública.

13.5.2. Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública Federal e das multas aplicadas.

13.6. É permitido à Administração Pública Federal, no caso de recuperação judicial ou extrajudicial do CREDENCIADO, manter o ajuste, podendo assumir o controle de determinadas atividades de serviços essenciais.

13.7. Em caso de rescisão, os tratamentos em curso deverão ser concluídos por parte do CREDENCIADO, salvo nos casos de expressa manifestação técnica ou administrativa do CREDENCIANTE.

13.8. A rescisão não eximirá o CREDENCIADO das garantias assumidas em relação aos serviços executados e de outras responsabilidades que legalmente lhe possam ser imputadas.

13.9. A rescisão poderá ainda ser realizada por ato unilateral do contratado, mediante descredenciamento por solicitação, ocasião em que gerará efeitos a partir de 30 (trinta) dias do protocolo do pedido.

#### **14. DOS RECURSOS.**

14.1. Dos atos da Administração Pública Federal referentes ao indeferimento dos pedidos de credenciamento e demais procedimentos previstos neste Edital caberão recursos administrativos na forma e nos prazos previstos no art. 17 do Decreto nº 11.878, de 2024 e do art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. O recurso será formalizado em processo administrativo, observado o devido processo legal.

14.1.2. O recurso, sob pena de inadmissibilidade, deverá ser interposto no prazo de 7 dias úteis contados da decisão recorrida.

14.2. Os recursos deverão ser via sistema do Compras.gov.br.

#### **15. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E PEDIDOS DE INFORMAÇÕES.**

15.1. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o presente edital, após sua publicação no

Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

15.2. Os pedidos de impugnação ou informações deverão ser formalizados no sistema Compras.gov.br.

15.3. Caberá à Comissão Especial de Licitação julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis.

## **16. DA REVOGAÇÃO**

16.1. A Administração Pública Federal poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

16.1.1. A revogação será precedida de procedimento administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

## **17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.**

17.1. A qualquer tempo, o CREDENCIANTE, assistido por pessoal técnico qualificado, poderá realizar inspeção nas instalações dos CREDENCIADOS para verificação das condições de atendimento, de higiene, de equipamentos e de capacidade técnico-operativa.

17.2. No caso de instituições hospitalares, o CREDENCIADO obriga-se a permitir a auditoria técnica no local, nos seguintes termos:

17.2.1. Identificação do usuário no setor de admissão do CREDENCIADO onde estiver sendo assistido;

17.2.2. Análise do Prontuário Médico e demais registros clínicos;

17.2.3. Visita ao paciente, com observação crítica de seu estado, correlacionando-o com o Prontuário Médico e com os demais registros clínicos;

17.2.4. Discussão dos casos com a(s) equipe(s) médica(s) assistente(s), sempre que necessário para o satisfatório desempenho das funções de auditoria;

17.2.5. Preenchimento do Relatório de Auditoria Hospitalar; e

17.2.6. Auditoria das faturas médico-hospitalares, correlacionando Prontuário Médico e Relatório de Auditoria Hospitalar.

17.3. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do CREDENCIADO, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

17.4. É facultada a autoridade competente, em qualquer fase do procedimento, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, inclusive com a fixação

de prazo de resposta.

17.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

17.6. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente na Policlínica Naval de Manaus (PNMa).

17.7. Em caso de revogação deste Edital, extinção, resolução ou rescisão do Contrato, havendo internação, o contrato continuará vigente até que o paciente tenha alta médica ou seja possível a transferência para outro CREDENCIADO.

17.7.1 Havendo contrato com outro CREDENCIADO, ligado a novo Edital de credenciamento, que pratique o mesmo objeto, o paciente deverá ser transferido, desde que tecnicamente possível.

17.7.2 Se o CREDENCIADO, na qual o paciente está internado, firmar novo contrato conectado a novo credenciamento, este passará a regular a internação.

17.8. Os casos omissos serão resolvidos, pelo Diretor da Policlínica Naval de Manaus, com base nas disposições constantes da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto nº 11.878, de 2024 e nas demais Leis, Decretos, Portarias e Instruções Normativas a que este instrumento de convocação se encontra subordinado.

17.9. As dúvidas referentes ao Edital poderão ser formuladas à Policlínica Naval de Manaus e encaminhadas para endereço eletrônico [pnma.secom@marinha.mil.br](mailto:pnma.secom@marinha.mil.br).

## **18. DO FORO.**

18.1. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o de Manaus/AM, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Manaus, AM, na data de sua assinatura.

VIVIAN SCOFANO

Capitão de Fragata  
Ordenadora de Despesas